



## A SOCIEDADE SENHORIAL E OS BATUQUES: REPERCUSSÕES NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO 1840-1850

Alexandre Elias de França Filho  
Graduando em história, UNICAP  
[alexandre.2020104719@unicap.br](mailto:alexandre.2020104719@unicap.br)

**RESUMO:** A agenda de festa do Recife era muito intensa no século XIX o que ocupava as autoridades civis e eclesiástica, pôs o uso do tempo livre com ocupações de sociabilidades são um forte indicativo de tensões sociais pois podemos relacioná-los a economia, política e cultura. A aglomeração urbana era importante para uma construção social, tornando as relações entre as pessoas mais comuns o que facilitava encontros e reuniões. O grande movimento dos trabalhadores escravizados dava a esse aglomerado urbano um tom de preocupação a mais. Ao regulamentar as festas as autoridades buscavam impor um ritmo de vida na sociedade de acordo com a necessidade e realidade para um bom andamento social de acordo com o momento em que o país se encontrava, no entanto, a narrativa utilizada para limitar as diversas práticas sociais populares eram o controle da ordem e moral pública, além de alegar que as festas também poderiam atrapalhar o funcionamento de instituições públicas. As repercussões da prática dos batuques no cotidiano a partir do repúdio dos moradores dos locais onde eles aconteciam. Esses moradores, inclusive, não apenas se queixavam da incivilidade dos frequentadores desses espaços, materializada no barulho dos tambores, nas danças e cantorias, o que afrontava os próprios valores religiosos, morais comportamentais da sociedade senhorial. De modo geral, os periódicos explanavam as efervescências das ruas da populosa cidade, suas folhas serviam de palco políticos entre liberais, conservadores, republicanos e monarquistas, no entanto, nossa pesquisa foi voltada para o âmbito dos populares e suas manifestações na sociedade o que em partes se escondem nas colunas de menor interesse político, como aviso diversos e escravos fugidos.

**Palavras-chave:** Festa; Batuques; Espaço público.

## INTRODUÇÃO

Escrever sobre o Recife é uma tarefa um tanto quanto encantadora e minuciosa, uma terra de grandes acontecimentos, revoltas, mudanças sociais e econômicas. Uma terra que como toda a colônia obteve seus lucros a partir de mão de obra escrava e dos povos originários, posteriormente africana na exploração da fauna, flora e cultivo de cana de açúcar além do comércio marítimo que se instaurou nos portos por todo território do país.

O século XIX é datado de vários acontecimentos, as dimensões continentais do país dificultavam a ordem, conseqüentemente as revoltas no período da colônia e império eram inevitáveis assim como o assassinato em massa dos originários. Entre mudanças de gestão revoltas e um cenário político baseado na exploração e monocultura o Recife foi se formando vizinho a Olinda até então capital da província, aos poucos foi ganhando seu formato de frente ao mar e as margens dos rios Capibaribe e Beberibe que serviam de caminho para escoamento de tudo o que era produzido em seu território e no abastecimento da cidade. Até a fixação portuguesa e domínio do território no início do século XVI a luta contra os nativos das tribos Caetés e Tabajara foram de um ardo trabalho para o regente da província Duarte Coelho<sup>1</sup>, até a pacificação e instalações dos primeiros engenhos produtores de açúcar.

## **1. FORMAÇÃO DO RECIFE**

O Recife nasceu em uma estreita faixa de areia a partir do século XVI, o local possuía uma proteção natural de arrecifes que facilitava a ancoragem de navios, uma característica favorável para a instalação de um porto do qual anos após estaria a escoar as produções das províncias do Norte. O local passou a ser de um pequeno núcleo de marinheiros, carregadores e pescadores que, por volta de 1548, se estabeleceu na foz dos rios Capibaribe e Beberibe, vizinho à vila de Olinda que era a sede da capitania de Pernambuco.

Os primeiros passos do Recife nos fazem entender como a pequena vila de pescadores e marujos chegou a ser uma cidade portuária estrategicamente necessária para toda a província do norte e sua imensa produção de açúcar, algodão e outros mantimentos lucrativos no mercado europeu, o que viria a chamar atenção holandesa um século depois chegando a ser palcos de batalhas por independências contra flamíngos e lusitanos, sendo o segundo no século XIX.

A capitania que então era administrada de forma produtiva por Duarte Coelho<sup>1</sup> teve seu crescimento constante graças ao sucesso na produção de cana de açúcar e outros produtos, pôs os seus esforços ajudaram nas conquistas de terras pertencentes aos originários dando espaço para a exploração e conseqüentemente a produção agrícola. O que chamara atenção do mercado europeu em especial os holandeses do qual investiram em uma invasão a terras brasileiras.

Ambiciosa por lucros, a Holanda decidiu se entrepôr a Lisboa mediante ao controle da região açucareira do Brasil, foram feitos alguns investimentos em engenhos em solo brasileiro. A Holanda planejou uma invasão ao nordeste brasileiro iniciando pelo Nordeste. Após terem fracassado da invasão na Bahia em 1624 os holandeses continuaram firme com a pretensão em invadir e usurpar territórios brasileiros decidindo assim, investir contra Pernambuco a região de maior produção de açúcar do mundo e mais prospera do império português. Isso graças a criação da West Indische Compagnie (W.I.C) detentora por 24 anos do monopólio do comércio, navegação e conquistas de terras na América e África. A chegada ao Recife em 15 de fevereiro de 1630 fora inevitável e traçada por mudanças na cidade, os holandeses trouxeram ao Recife novas perspectivas de civilização e mudanças sobre o comando de Maurício de Nassau, no entanto, sua permanência durou até 1654 após batalhas travadas contra a coroa portuguesa os holandeses perderam o comando das terras invadidas.

No ano de 1771 a região foi intitulada como vila com denominação de Recife através de Carta Régia de 1709 um efeito obtido graças as modernizações dos holandeses, por terem preferido Recife á Olinda, deixou Recife em melhores condições econômicas, o comércio recifense cresceu por escoar o açúcar que os senhores de engenhos olindenses e outros produtos que de lá vinham, além de passarem a ser os maiores comerciantes de produtos que abastecia até então a cidade Olinda. Os mascates cresceram economicamente e quiseram então fazer parte das decisões administrativas o que os olindenses não permitiram apesar da influência mercantil, o que gerou o episódio que

---

<sup>1</sup> Chegou ao Brasil no dia 9 de março de 1535, acompanhado de sua mulher, Brites de Albuquerque, do seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, e de algumas famílias do norte de Portugal. Trouxe também vários judeus para a montagem de engenhos de açúcar e feitores com experiência nas plantações de cana-de-açúcar na ilha da Madeira e em São Tomé, uma vez que Pernambuco, com clima quente e temperado, sem grandes variações de temperatura e chuvas regulares, era um lugar propício para a cultura da cana.

ficou conhecido como A Revolta dos Mascates<sup>2</sup>, Recife se emancipa, mas só recebe sua condição de cidade em 1823 chegando a ser a capital da província em 1827.

Política, economia, religião, trabalho, tudo se faz presente nas festas. Elas foram diretamente influenciadas pelas peculiaridades do período estudado, especialmente pela construção do Estado Nacional e pelas Insurreições liberais. Período de intensa conturbação, o que fez das festas um dos meios utilizados para que as pessoas vivenciassem e internalizassem a lealdade ao novo Estado. A presença das festas nesse processo envolvia também esforços de normatização e controle, que muito além de envolver as festas cívicas, buscavam normatizar variadas festas religiosas e populares.

Além do que as expressões festivas, culturais e políticas, envolveram os esforços de diversos agentes sociais na formação do Estado Nacional e das novas identidades políticas, nacional e regional. São sempre múltiplas, mutáveis e de difícil conceituação. Definir um dia de festa e organizá-la representava muito mais que proporcionar divertimentos, significava organizar, lembrar e instituir valores.

Participar de um festejo cria um importante laço de identidade função da festa como formadora de identidades foi pensada no decorrer da tese em suas várias possibilidades. Além das mudanças, devido a novas ideias e padrões de comportamentos, as festas estiveram relacionadas. A outros atos coletivos que delinearão as identidades e a cultura urbana. Entre esses outros acontecimentos coletivos, impossível não levar em conta as inúmeras insurreições liberais ocorridas na Província.

No século XIX a cidade já era prosperar graças ao comércio externo, os portugueses passam a urbanizar de forma predominante a cidade que ainda possuía característica dos feitos holandeses, Recife precisava mudar e modernizar, o que não se pode mudar estava pequena insalubre e com uma população vasta, o que não se pode mudar e o fato do sucesso econômico da cidade. Nas primeiras décadas do século XIX, o Recife foi marcado por revoltas inspiradas no ideário liberal importado da Europa. Comerciantes, aristocratas e padres se uniram para exigir mais autonomia para a colônia. Era o "Recife das revoluções libertárias", a Revolução Pernambucana de 1817<sup>3</sup>,

---

<sup>2</sup> A "Guerra dos Mascates" foi um confronto armado ocorrido na Capitania de Pernambuco, entre os anos de 1709 e 1714, envolvendo os grandes senhores de engenho de Olinda e os comerciantes portugueses do Recife, pejorativamente denominados como "mascates", devido sua profissão.

<sup>3</sup> A Revolução Pernambucana, também conhecida como Revolução dos Padres, foi um movimento de caráter liberal e republicano que eclodiu no dia 6 de março de 1817 em Pernambuco, no Brasil. Dentre as suas causas, destacam-se a influência das ideias iluministas propagadas pelas sociedades maçônicas, contra

confederação do Equador de 1824 <sup>4</sup>tiveram presentes em solos pernambucanos e que a partir do primeiro mudaram a forma da coroa em administrar e controlar a população das províncias do império.

Para além das “revoluções”, algumas características da cidade do Recife também interferiram nas diferentes formas de realização dos festejos. O Recife é uma cidade que nasceu devido a sua atividade portuária e cresceu em torno da sua atividade mercantil. Como podemos ver no mapa abaixo, seus três bairros centrais são três grandes ilhas, interligadas por pontes.

O Recife passava ainda por uma mudança semelhante a outras cidades brasileiras do período. A independência consolidou um processo de expansão urbana. Seja por questões econômicas - após-abertura dos portos houve um revigoramento dos núcleos urbanos do comércio transatlântico que ganhou fôlego com a independência - ou por problemas do meio rural - como a seca e o declínio do algodão - a cidade tornou-se um polo de atração, um eixo econômico, social, político e cultural. O crescimento populacional acompanhou as transformações.

Em 1828 a população dos bairros centrais de Recife era de 25.678 habitantes, saltando esse número para 40.977 em 1856. Segundo Marcus Carvalho, “somada esta população aos moradores dos subúrbios haveria uns cem mil habitantes em torno do eixo Recife/Olinda por volta da metade do século.” Durante o governo de Francisco Rego Barros (futuro Conde da Boa Vista) entre 1837 e 1844 se desenvolveu um projeto de modernização no Recife que modificou o traçado urbano da cidade. Vários foram os melhoramentos urbanos. Abriram-se algumas ruas, fecharam-se outras. Foram colocados em funcionamento planos para construção de um grande teatro, do palácio do governo, entre tantos outros prédios públicos. Todas essas mudanças tinham como ponto de partida a construção de uma certa ordem pública e a realização de um projeto de civilização.

A cidade se modernizava, mas ainda enfrentava sérios problemas. Além do contraste com a escravidão, havia o desequilíbrio econômico, crônica situação dos cofres públicos. O grave problema das moedas falsas, o famoso xexém, também usados no

---

o absolutismo monárquico português e os enormes gastos da Família Real e seu séquito recém-chegados ao Brasil — a Capitania de Pernambuco, então a mais lucrativa da colônia, era obrigada a enviar para o Rio de Janeiro grandes somas de dinheiro para custear salários, comidas, roupas e festas da Corte, o que dificultava o enfrentamento de problemas locais (como a seca ocorrida em 1816) e ocasionava o atraso no pagamento dos soldados, gerando grande descontentamento no povo pernambucano.

<sup>4</sup> Ocorreu no ano de 1824 na província de Pernambuco como um movimento de resistência ao governo e às medidas do Imperador D. Pedro I. Também tinha, entre seus objetivos, a intenção de separar-se efetivamente do território brasileiro, constituindo nova república.

pagamento dos soldados do exército, trazia enormes dificuldades para o cotidiano da população.

### **1.1 A SOCIEDADE SENHORIAL**

A sociedade era patriarcal e conservadora, baseada nos bons costumes europeu e cristão, a pesar da miscigenação existente e inevitável, a mão de obra era escrava o que tornava inevitável a circulação dos negros nas ruas, vários ofícios e ganhos eram executados por negros, a água que abastecia a cidade, o transporte de mercadorias, os engraxates, amas de leite, lavadeiras entre outros ofícios deixavam as ruas do Recife e bairros vizinhos com uma circulação indesejável.

A agenda de festa do Recife era muito intensa no século XIX o que ocupava as autoridades civis e eclesiástica, pôs o uso do tempo livre com ocupações de sociabilidades são um forte indicativo de tenções sociais pois podemos relacioná-los a economia, política e cultura. A aglomeração urbana era importante para uma construção social, tornando as relações entre as pessoas mais comuns o que facilitava encontros e reuniões.

No entanto, a agenda de festa e locais de sociabilidades apesar de terem suas restrições para certas classes da sociedade e escravizados, não impedia que os excluídos buscassem seus momentos de lazer e manifestações religiosas, o que era reprimido pelos senhores de engenhos e comerciantes, parte da classe que possuía poderes e valores na sociedade, a insatisfação era presente entre os senhores pessoas ricas da sociedade.

É possível encontrar as insatisfações em diversas colunas do Diário de Pernambuco, um dos principais meios de comunicação da época. A insatisfação por ter de conviver com festas, bebedeiras e batuques fora de hora, em vários dias da semana e muitas vezes durante todo o turno da noite.

No Diário de Pernambuco do dia 2 de junho de 1852 na coluna de escravos fugidos, encontra-se o anúncio ligando o escravizado a batuques, “gosta muito de garapa picada, tocar e de danças batuques”. Um dos fatos que preocupava a alta sociedade, uma vez que se acreditava que nessas sociabilidades poderiam surgir motins.

Em um outro caso, no Diário de Pernambuco do 10 de outubro de 1854 encontra-se uma reclamação referente a sociabilidade e aos batuques, em nota, o morador reclama de um batuque na Rua Santa Thereza em frente a ordem terceira do Carmo “custa a crer que no centro de uma cidade, como Recife, se façam semelhantes batuques, que tanto

depõe a nossa civilização”. No mesmo comunicado, ainda se refere aos frequentadores como vadios, “Não podemos deixar de dizer que as pessoas que se aplicam em tais batuques, não deixam de ser vadias”.

Essas reclamações deixam evidentes o quanto o divertimento nas ruas da cidade era considerado banais para a sociedade de melhor prestígio social, não eram apenas denúncias, também eram cobranças da execução das leis, tendo em vistas que os códigos de conduta, código penal já estariam em vigor, assim como a guarda nacional.

A necessidade da ordem em sociedade é inevitável, no entanto, atribuíam-se as práticas sociais dos escravos e dos homens livres pobres a um contexto de banalidade e marginalidade. A sociedade não deixava entre linhas seus desejos e anseios com relação da presença dos escravizados em lugares públicos e privados, no Diário de Pernambuco do dia 14 de março de 1843 na coluna de avisos diversos, encontra-se um pedido ao Sr. João Bernabó que revise os valores dos ingressos de seus espetáculos. “Roga-se ao Sr. João Bernabó que tenha mais repugnância venda de seus bilhetes; pois que não exceptua a qualquer pessoa que queira comprar, o cara estar em dar os dez tostões, pois que em dando pode entrar que pessoa for”.

Não só a população se incomodava com os divertimentos dos escravizados e homens pobres livre, no Diário de Pernambuco de 10 de outubro de 1850 na coluna sinagoga encontramos uma reclamação referente a uma casa no poço da panela as margens do Rio Capibaribe onde um batuque, samba e viola acontece aos domingos de cindo da manhã as oito de noite.

## **1.2 A NECESSIDADE DA ORDEM**

Na primeira metade do século XIX além das revoltas o Recife vivia um momento de mudanças em sua economia, o porto da cidade era crucial para o comércio local, o abastecimento da cidade e seus arredores dependiam dos comerciantes e negociadores que trabalhavam no porto. Isso não quer dizer que os trabalhadores dos engenhos ou quem trabalhava com os transportes eram menos importantes. A engrenagem precisava funcionar e funcionava de forma eficaz.

A principal mão de obra vinha do trabalho escravo assim como nas outras grandes cidades do império como o Rio de Janeiro e Salvador, além de possuir uma grande população composta de homens livres pobres e brancos de todas as classes além de estrangeiros que também transitavam pelas ruas. No entanto, eram os escravizados

responsáveis por uma vasta rede de serviços, era a regra nas casas mais abastadas, com suas mucamas, cozinheiras, caseiros, amas de leite, moleques de recado, cocheiros e, por vezes também era comum encontrar os que possuíam ofícios como padeiros, sapateiros, vendedoras e lavadeiras. A força dos escravizados eram as mãos e braços dos senhores de engenhos que não faziam ideia do mundo que orbitavam a casa grande.

Dentre outras atividades atribuídas aos escravizados estavam o transporte de pessoas, mercadorias, carga e descarga, corte e transporte de lenha e capim, além das atribuições que não permitia muito sua circulação. O transporte de água também era muito comum, apesar da cidade ser cortada pelos rios Capibaribe e Beberibe a água da cidade do Recife era imprópria para consumo, a água potável neste caso era transportada de canoa por escravizados de Olinda pelo rio Beberibe até entrar pelo Capibaribe e abastecer as casas, o despejo de dejetos também eram transportados por escravizados. O comércio de rua também fazia parte das atividades dos escravizados.

A visão que os senhores de escravos queriam era que eles fossem animais detentores de obediência e servidão, quando nem sempre era assim, a repressão de forma violenta gerava atitudes de rebeldias, mesmo com um sistema escravista bastante violento e brutal a resistência dos escravizados eram eminentes e perceptíveis, gerando assim, preocupações a sociedade que possuíam os direitos como dono e que em muitas vezes recebiam a violência de volta.

A numerosa população e o calor das ruas que clamavam por liberdade e justiça deixavam os detentores do poder aflitos e com medo de perderem o controle da situação, neste caso, sempre foram necessários aparatos de repressão e para manter ordem e conter as manifestações por liberdades e vigiar o tráfego dos trabalhadores escravizados ou livres, essa necessidade imperial trabalhava em prol das elites.

No entanto, as vilas e cidades no início do século XIX não dispunha de uma força policial profissional e uniformizada, o policiamento era feito de forma rudimentar por guardas civis e desarmados o que dificultava prisões e o controle da ordem pública, o que era de principal interesse das elites e moradores de bem na província.

Recife não era diferente, possuía um serviço bem irregular no mesmo período, uma mudança aconteceu em 1817 através de um decreto do governo provisório criou onde foi criado o “tribunal de polícia” onde fora nomeado para o cargo Felipe Néri Ferreira que geriu mudanças necessárias para o progresso da instituição, mesmo assim continuaria com deficiências pontuais.

No ano de 1822 mesmo com a independência não houve lá mudanças consideráveis, porém, passou a existir um aparato de primeira linha armado destinado ao policiamento onde partiam do princípio de preservar a ordem e vigilância. Por outro lado, o calor das ruas causados pela confederação do Equador<sup>5</sup> fez com que o Imperador Pedro I através do decreto imperial de 11 de junho de 1825 o corpo de polícia com incumbência de trabalhar em tempo integral na proteção e vigilância da paz e ordem nas ruas reforçando as atividades que ocorriam outrora.

Tal organização por mais que eficiente dentro dos limites estabelecidos conseguiu uma melhor organização dois anos depois sobre o comando do Coronel Antero Jose Ferreira de Brito<sup>6</sup>, conseguiu armar melhor seus homens e melhorar os meios de locomoção esse Corpo de Polícia era composto de um efetivo inicial de 320 homens e constituído um Estado-Maior, uma Companhia de Cavalaria e duas de Infantaria. Se por um lado o corpo da guarda e o corpo de polícia ajudaria a manter a ordem no cotidiano, o império sofria para manter a ordem de suas províncias, as elites econômicas detentoras de bens não confiavam no exército que outrora fora formado pelo antigo imperador cujo seu contingente era formado por lusitanos e brasileiros adeptos as ordens da metrópole a criação de uma guarda cujo suas atividades servisse os interesses dos grandes senhores.

A ideia obtida era a criação de uma milícia cidadã, uma força reserva do exército que estaria subordinada a um ministério civil e livre de gastos fixos diferente do exército. Esta milícia foi intitulada de Guarda nacional e além de manter a ordem em terras particulares ajudando nos interesses particulares dos senhores que temiam um revoltas escravista como ocorreu no Haiti, não perder a ordem que já foram estabelecidas e conquistadas. Esses fatores que serviam como base para criação da Guarda Nacional faziam parte de um ciclo vicioso no estado devido as circunstâncias financeiras.

Desde o início, portanto, a missão da guarda nacional foi completamente compreendida como instrumento para a institucionalização da nova ordem legal. Deveria dar uma ajuda poderosa a aniquilação de qualquer grupo,

---

<sup>5</sup> A Confederação do Equador (1824) foi um movimento revolucionário e emancipacionista de cunho republicano e separatista entre os monarquistas e os liberais. Diante disso, liderados por Manuel Carvalho Pais de Andrade e Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca, popularmente conhecido por Frei Caneca, a Confederação do Equador buscava a construção de um Estado independente, com capital no Recife (na época a capital do Império era o Rio de Janeiro) posto que criticavam a escravidão e a centralização do poder exaltados pelo absolutismo, conservadorismo e autoritarismo do Imperador.

<sup>6</sup> Antero José Ferreira de Brito Filho, barão de Tramandaí em 1824 foi incorporado à expedição contra os rebeldes de Pernambuco, foi comandante das armas das Províncias da Bahia por duas vezes: em 1824 e 1831; de Pernambuco no período de 23 de maio de 1825 a 05 de maio de 1830.

instituição ou facção contestatória das novas autoridades imperiais e seu monopólio de coerção legítima. (URICOECHEA ,1980 p.134)

O autor também traz a informação onde vale salientar que os custos da guarda nacional eram consideráveis para época, nem sempre os pagamentos ocorriam como deveriam e eram despesas reconhecidas por entidades fiscais e ressarcidas pelo governo o que não era visto com bons olhos pelos comandantes.

“O pagamento dessas contas pelo estado tornava-se frequentemente causa de mortificação para o comandante, uma vez que as autoridades exigiam um grau de contabilização dificilmente considerado necessário numa cultura local apenas incipientemente dominada pela racionalidade do mercado e sufocada pela noção estamental de honorabilidade com base para um crédito pessoal.” (URICOECHEA 1980 p.159)

Apesar do financiamento ser um dos empecilhos para o desenvolvimento das obrigações, a organização da guarda eram feitas nos municípios, pelas autoridades municipais competente, o Juiz de paz e os vereadores da câmara, eles eram responsáveis também por alistamentos, todavia eram as autoridades centrais da província que julgariam se era ou não conveniente a formação de um novo corpo. Os recrutas em sua maioria eram pessoas de pouco prestígio social e de baixo poder financeiro, um fator que facilitava a vida dos homens forro e livres presente na sociedade recifense.

As consequências do alistamento na sociedade se misturavam com as condições que o espaço urbano abria para uma resistência escreva, neste caso, se aproveitando da mestiçagem crescente na sociedade o que dificultava a identificação de pretos e pardos livre, os escravizados que fugiam e ou já se encontravam fugidos buscavam o alistamento nas forças da ordem para se camuflar em meio a sociedade. A lei não permitia o alistamento de escravos, no entanto, tal alternativa era vista de bons olhos pelo fato de que muitos livres e pobres não queriam cumprir com o alistamento. Wellington Barbosa<sup>7</sup> ressalta que “Afinal de contas uma das formas de recrutamento utilizadas pelas autoridades municipais consistia, justamente, na prisão de pretos e mestiços que eram encontrados pelas ruas, becos e praças recifenses.” (SILVA. W. B. p 70. 2003).

Este fato servia para dois fins no controle da segurança pública e controle dos espaços públicos do Recife, pôs ao mesmo tempo em que se mantinha o aparato com um efetivo com um contingente solido diminuiria os maus feitores, subversivos e um número

---

<sup>7</sup> Doutor em história - Universidade Federal Rural de Pernambuco, atualmente professor associado a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

grande de vadios das ruas mesmo que para diminuir e evitar com que fugidos estejam presentes entre os recrutados.

Para os líderes da província era uma forma de executar atribuições voltada a saúde pública o que estava causando descontentamento entre os moradores, visitantes e viajante. O Recife estava com as ruas insalubres por inúmeros motivos um deles era o interesse voltado apenas para questões de segurança, os desarmamentos dos revoltosos e a manutenção dos órgãos que mantinham a ordem.

Esse desequilíbrio de interesses e ações dava ao Recife um cenário de caos indesejável por muitos, uma população que já era grande considerada a área de extensão da cidade não paravam de crescer, o sucesso e movimentação do porto do Recife atraíam trabalhadores e visitantes, o mercado de escravizados também trazia um aumento na população, a cidade precisava de mudanças na área urbana, precisava ajustar os problemas de água encanada, esgoto e despejos de dejetos ao arredores de áreas habitadas. Manuela Arruda dos Santos<sup>8</sup> tras em sua tese de mestrado<sup>9</sup> a seguinte observação.

“A lista era intensa, o crescimento acelerado e o aumento número de habitantes deram origem a uma série de problemas para os gestores das cidades: questões de dejetos, circulação, alojamento, ordem pública, planificação de logradouros, obras portuárias, estradas de escoamento de produção, transportes, vida social e instrução publicas bem como a extensão da superfície da cidade foram questões para o qual governantes se viram obrigados a buscar soluções.” (SANTOS. p 49. 2009)

Diante destas circunstâncias não tardou o surgimento de problemas que de certa forma se tornaria inevitável, as ruas mais cheias de escravos os entulhos maiores, o mau cheiro passou a ser maior o que levou as grandes cidades da época além de Recife a serem cidades doentes e com potencial para epidemias. O meio encontrado foi o estabelecimento de normas e códigos de para obtenção da ordem e de posturas pública. O primeiro passo foi dado com Lei de 1º de outubro de 1828<sup>10</sup>.

Em cada distrito de paz do Império deveria haver um juiz de paz, eleito entre as pessoas que estivessem aptas a participar da vida política do país como eleitores, seguindo os preceitos constitucionais. A Lei de 1º de outubro de 1828 estabeleceu que esses juízes

---

<sup>8</sup> Mestre em história social e cultura regional – Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE

<sup>9</sup> Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura 1831-1845

<sup>10</sup> Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz. Visto em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html)

fossem eleitos de quatro em quatro anos, na mesma ocasião e do mesmo modo que os membros das Câmaras Municipais. investiram-no nas funções de conciliador, pacificador e guardião da ordem e da tranquilidade pública, reformador social, protetor do meio ambiente e primeiro elo da cadeia judiciária. Ampliaram sua competência, reforçando os poderes policiais e judiciais. Tornou-se o mais poderoso magistrado, em âmbito local.

## **1.2 EXECUÇÃO DA ORDEM**

Era perceptível que a cidade estava cheia de mal grados, a elite se incomodava com os acontecimentos e detenção da ordem. A cidade era um reduto e lugar de circulação e esconderijos de homens perigosos, sendo assim, a “manutenção da moral pública”, “ordem” e “saúde pública” se fizeram presentes em documentos fundamentais para a constituição social e urbana do Recife.

Além dos véis disciplinar o seu cumprimento e a adoção de medidas de saneamentos seriam necessárias para a manutenção do estado de vida e do bem comum. O que entre em vigor para são as leis o Código Criminal de 1830<sup>11</sup> e o Código de Posturas de 1831<sup>12</sup> com aplicabilidades diferentes, os códigos atuavam em conjunto, o Código Criminal tinha suas atribuições nacional nele era estabelecidos um “contrato” entre o estado e população e quando este “contrato” fosse quebrado ao cometer algum delito o autor do mesmo seria punido, o não cumprimento das Posturas Municipais seria enquadrado como crime policial, caracterizados como delitos contra a ordem pública no cotidiano da cidade.

Quanto ao Código de Postura do Recife, foi elaborado e proposto pela Câmara Municipal e aprovados pela Assembleia Provincial. O texto é composto por dezessete títulos que foram publicados no Diário de Pernambuco<sup>13</sup> entre agosto de 1831 e janeiro de 1832 no intuito de alcançar toda a população mesmo com um alto índice de analfabetismo.

Vale ressaltar que o trabalho por periódicos é minucioso, uma fonte de longo alcance e rico de informações cujo abrange varais áreas e linhas de pesquisas, neste caso,

---

<sup>11</sup> O Código Criminal de 1830 foi o primeiro código penal brasileiro, sancionado poucos meses antes da abdicação de D. Pedro I, em 16 de dezembro de 1830. Vigorou desde 1831 até 1891, quando foi substituído pelo Código Penal dos Estados Unidos do Brasil (Decretos ns. 847, de 11 de outubro de 1890, e 1.127, de 6 de dezembro de 1890).

<sup>12</sup> O Código de Posturas de 1831 que definia as posturas de ruas e calçadas mediante a aplicação de pena.

<sup>13</sup> Diário de Pernambuco é um jornal publicado na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, Brasil. É o mais antigo periódico em circulação da América Latina, fundado em 7 de novembro de 1825 pelo tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão. Quando o Diário de Pernambuco foi fundado, o Recife ainda não era a capital do estado, fato que só ocorreu um ano e três meses depois.

um conhecimento prévio sobre o momento político abordado neste artigo, colaborou com os achados de novos autores e perspectivas sobre o momento abordado. Tratando assim, os periódicos como uma fonte de extrema importância, reconhecendo a importância dos elementos culturais e não os vendo como reflexo dos fatos que ocorreram, e proporcionando abordagens inovadoras e dos grupos de camadas mais baixa da sociedade.

Sem rejeitar a tirania social e dos símbolos, no entanto, tentando não enfatizar seus feitos, buscamos identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade é construída e pensada levando em consideração a construção das identidades sociais por quem tem o poder de classificar e nomear e pela capacidade da parcela da sociedade que conhece sua existência.

O que ocorreu com a criação e aplicabilidade dos códigos acima apresentados, a sociedade passou por um processo de adaptação e por motivos de resistências os escravizados sempre estavam presentes entre os detidos. Dentre os códigos dois deles fazem o aparato opressor da província tentar controlar os passos da população negra, seja escravizada ou não. Código de Posturas Municipal título dez cujo título: sobre despachamento das ruas, praças e providencia contra a divagação de embriagados e de animais que podem incomodar o público.

Código de Postura Municipal título onze cujo título: sobre vozerias, injurias, indecências e palavras obscenas nas ruas, comodidade pública. Os meios utilizados para manter a ordem na sociedade, eram por sua vez uma tentativa de diminuir a rebeldia escrava. O perambular dos negros por várias partes da cidade não eram vistos de bons olhos, com os Códigos de Posturas Municipal, esperavam-se coibir atividades fora de hora dessa gente. As sociabilidades entre eles eram grandes e incomodavam os brancos, o canto dos pretos durante o dia de trabalho inquietava a sociedade que temiam rebeliões, a batucada e bebedeira o que era transformado em algazarra pelos brancos assim como as conversas também atrapalhavam seu sossego e sono.

As atribuições eram cumpridas dentro de suas limitações e a parcela negra da sociedade eram os mais afetados, a vida e a rotina que mudou com o a criação do Código Municipal e os aparatos armados teve um peso maior em suas sociabilidades pôs os grupos fornecem inevitavelmente através de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade, neste sentido, a violência simbólica depende do consentimento de quem sofre.

Este consentimento que outrora estabelecido a base da força em muitos casos se tornavam resistência neste caso, tratado como desobediência, concentrados em suas

vivências e momentos de lazer, apesar de das proibições muitos escravizados e negros sendo livres ou não eram detidos “fora de hora” cometendo outros delitos como dormir em lugares públicos pôr em sua maioria das vezes embriagados.

Deste modo todo o aparato policial e civil mantinha a engrenagem da sociedade girando e produzindo, tornando Recife prospera e de economia forte, mesmo com toda desigualdade a cidade conseguiu expandir e se modernizar assim como os métodos de vigilância e cumprimento da ordem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mesmo com os inúmeros métodos em disciplinar e criminalizar os espaços urbanos geridos por autoridades administrativas e corpo policial a sociabilidade do povo recifense sempre vinha à tona, o povo sempre dava um jeito se aproveitando do cumprimento de outros afazeres dos aparatos policiais, as ruas escuras do Recife continuavam sendo frequentadas por muita gente. Em sua maioria eram a parte menos favorecida da sociedade, pobres pretos ou não, escravos livres ou não, mulheres de vida pública, mendigos e ladrões, livres ou não.

Os costumes e espaços públicos eram comuns em meio a sociedade, o que mudaria o interesse eram as formas de sociabilidades, lugares frequentados por negros sempre eram de caráter insalubres, o fora de portas dificilmente frequentado por classes favorecida da sociedade, no entanto a representação social como mundo nas vivências cotidianas, nesses lugares e são construídas através da realidade social pondo em prática as representações de cada indivíduo.

O enredo recifense era de que a noite pertenciam ao Corpo de Polícia, onde na verdade os boêmios sem rumos participavam da parcela da população que fugiam ao primeiro sinal de repressão e ordem, as práticas sociais e suas formas de interação continuaram fazendo as ruas um lugar de resistência a opressão, os populares quando não fugiam sem deixar vestígios os enfrentavam, e assim, mantinham as tabernas cheias e os lugares que seus batuques sejam de cunho religioso ou não ocorriam. Sendo assim, todos os dias e noites a população recifense resistia as mudanças e repressão imposta pelas autoridades.

## **REFERENCIAS**

BRASIL, Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Camarás Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm) Acesso em dez.2022

BRASIL, **Lei** de 18 de agosto de 1831. Crea as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. Disponível em [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html) : visto em dez. 2022

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992

CARVALHO, Marcus J. M. de - **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822- 1850** / Marcus J. M. de Carvalho. – 2.<sup>a</sup> ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus J. M. de – *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850*/ **Afro-Ásia**, 29/30 (2003), P. 41-78

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In. **A história cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.13 – 28.

Diário de Pernambuco 2 de junho de 1852 N° **122**. P.3, ocorrência 1 visto em:

[Diario de Pernambuco \(PE\) - 1850 a 1859 - DocReader Web \(bn.br\)](#)

Diário de Pernambuco 10 de outubro de 1854 N° **232**. P.3, ocorrência 7. Visto em:

[Diario de Pernambuco \(PE\) - 1850 a 1859 - DocReader Web \(bn.br\)](#)

Diário de Pernambuco 23 de fevereiro de 1858 N° **46**. P. 2, ocorrência 14. Visto em:

[Diario de Pernambuco \(PE\) - 1850 a 1859 - DocReader Web \(bn.br\)](#)

Diário de Pernambuco 14 de março de 1843 N° **59**. P.4, ocorrência 16. Visto em:

[Diario de Pernambuco \(PE\) - 1840 a 1849 - DocReader Web \(bn.br\)](#)

GOUVÊA, Fernando da Cruz- **Maurício de Nassau e o Brasil Holandês: Correspondência com os Estados Gerais** / Fernando da Cruz Gouvêa. – 2. Ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

LE GOFF, Jacques - **História e memória** Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990

LUCA, Tânia Regina de. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY,

Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153

SANTOS, L. R. N - **Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”:** Festas e política no Recife (1817-1848). 227 f. 2018. Tese (Doutorado em História) - Instituto de ciências humanas e filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1994.pdf>. Acesso em: dez. 2022.

SANTOS, L. R. N. **Das Festas aos botequins: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850)**. 146 f. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de filosofia e ciências humanas, UFPE, Recife, 2011. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7549/1/arquivo6567\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7549/1/arquivo6567_1.pdf). Acesso em: dez. 2022.

SANTOS, L. R. N. **Festas religiosas, sociabilidades e formação de identidades no Recife (1822-1859)**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, set./ ago. 2014. ISBN 978-85-65957-03-8. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400195612\\_ARQUIVO\\_A NPUH.RIO2014LRNS.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400195612_ARQUIVO_A NPUH.RIO2014LRNS.pdf). Acesso em: dez. 2022.

SANTOS, L. R. N. **Por uma agenda de festa: organização e controle do calendário festivo do Recife (1822-1850)**. *Licere*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2020.19751>. Acesso em: dez. 2022.

SANTOS, M. A. **Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura 1831-1845**. 148 f. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) - departamento de letras e ciências humanas. UFRPE, Recife, 2009. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/4779/2/Manuela%20Arruda%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: dez. 2022

SILVA, W. B. **Entre a liturgia e o salário: A formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7398>. Acesso em: dez. 2022.

SILVA, W. B. **Burlando a vigilância: repressão policial e resistência negra no Recife do século XIX (1830-1850)**. *Revista África e Africanidades*, [S.l.], n. 1, 2008. ISSN 1983-2354. Disponível em: [http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Burlando\\_a\\_vigilancia\\_repressao\\_policial\\_e\\_resistencia\\_negra\\_no\\_Recife\\_do\\_seculo\\_XIX.pdf](http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Burlando_a_vigilancia_repressao_policial_e_resistencia_negra_no_Recife_do_seculo_XIX.pdf). Acesso em: dez. 2022

URICOECHA, F. **O Minotauro imperial: a burocracia do estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.